

MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E SUA INFLUÊNCIA PARA A FIRMAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

SOCIAL MOVEMENTS IN BRAZIL AND THEIR INFLUENCE ON THE ESTABLISHMENT OF RURAL EDUCATION

Jefferson Luis da Silva Cardoso¹
Rosângela Araújo Darwich²

Eixo Temático: 2. Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos
Modalidade: Artigo Científico

Resumo

O presente estudo integra o corpus teórico da tese de doutorado que investigou a formação de professores e a escola do campo ribeirinha da cidade de Belém, no Pará. O texto em tela tem como temática central a influência dos movimentos sociais na configuração da educação pública no contexto das escolas do campo no Brasil. O problema de pesquisa consiste em compreender como os movimentos sociais influenciaram e fortaleceram as discussões acerca da educação pública brasileira, em especial, da educação do campo. O objetivo é analisar, na literatura especializada disponível no Brasil, as interfaces entre os movimentos sociais e educação do campo. A metodologia adotada conta com abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica e análise interpretativa dos autores que compõem o aporte teórico. Estudos de Gohn (2010; 2011; 2026), Arroyo (2003; 2004; 2009), Brandão (2011), Caldart (2001; 2003; 2004), entre outros, fundamentam a discussão central desta análise. A leitura dos materiais coletados na pesquisa demonstra que o Brasil possui uma trajetória de representatividade dos movimentos sociais de diversas ordens, destacando-se aqueles que lutaram por uma educação pública, democrática e de qualidade, tanto na cidade quanto no campo, como o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Palavras-Chave: Movimentos Sociais; Educação do Campo; História do Brasil.

Abstract

The present study is part of the theoretical corpus of a doctoral thesis that investigated teacher education and rural riverside schools in the city of Belém, in the state of Pará, Brazil. The text focuses on the influence of social movements in shaping public education within the context of rural schools in Brazil. The research problem consists of understanding how social movements influenced and strengthened discussions surrounding Brazilian public education, particularly rural education. The objective is to

¹ Doutor em Comunicação, Linguagens e Cultura pelo PPGCLC/UNAMA e professor da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, e-mail: jefferson.cardoso@ufra.edu.br

² Doutora em Psicologia: Teoria e Pesquisa do Comportamento pelo PPGTPC/UFGA e professora da Universidade da Amazônia – UNAMA, e-mail: rosangeladarwich@yahoo.com.br

analyze, through specialized literature available in Brazil, the interfaces between social movements and rural education. The methodology adopted follows a qualitative approach, bibliographic research, and interpretative analysis of the authors who comprise the theoretical framework. studies by Gohn (2010; 2011; 2026), Arroyo (2003; 2004; 2009), Brandão (2011), Caldart (2001; 2003; 2004), among others, support the central discussion of this analysis. the review of materials collected in the research demonstrates that Brazil has a long history of social movements representing various causes, with particular emphasis on those who fought for public, democratic, and high-quality education, both in urban and rural areas, such as the Manifesto of the Pioneers of the New School and the Landless Workers' Movement (MST).

Keywords: Social Movements; Rural Education; History of Brazil.

Introdução

A educação brasileira é reconhecida como um direito de todos os cidadãos, de forma destacada na Constituição de 1988, que estabelece a educação como pública, gratuita e obrigatória nos níveis básicos de ensino. No entanto, a mesma Carta Magna, ao não explicitar as modalidades de ensino — como a abordada neste estudo —, deu origem a lutas em diferentes períodos históricos e protagonizadas por diversos atores sociais. Nesse contexto, destaca-se a atuação dos movimentos sociais, tanto em áreas urbanas quanto rurais, que se organizaram para afirmar e consolidar as discussões sobre os aspectos sociais da população brasileira, bem como sobre a especificidade da realidade vivida pelo ensino voltado às populações do meio rural.

Para Giddens e Sutton (2016, p. 326), os movimentos sociais são “formas poderosas de ação coletiva, e campanhas bem organizadas e contínuas que podem alcançar resultados significativos”. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o país possui uma sólida experiência em relação à ação dos movimentos sociais, abrangendo suas pautas de luta, origens, formas de organização, objetivos, necessidades e o tipo de sociedade que buscam construir para seus semelhantes.

A constituição histórica dos Movimentos Sociais³, a partir da classe trabalhadora e dos civis mais pobres no país, aponta para seu protagonismo na gestão das principais crises estruturais, econômicas e sociais do tempo moderno. Na reivindicação por mudanças, eles implantaram importantes transformações nas configurações político-administrativas (Brandão, 2011).

³ Assume-se o conceito de movimentos sociais proposto por Gohn (2011), que os define como ações sociais coletivas de vertente sociopolítica e cultural, capazes de viabilizar a organização popular e expressar suas necessidades. Nesse conceito, identificam-se três componentes principais: primeiro, os movimentos sociais são forças sociais organizadas que aglutinam e associam pessoas em torno de causas, interesses e objetivos comuns; segundo, são ações coletivas diretas e indiretas de pressão, denúncia e resistência, realizadas em processos sequenciais com certa continuidade, ainda que os movimentos nem sempre sejam formalizados ou institucionalizados; e terceiro, a incidência dos movimentos é, sobretudo, política, situando-se no campo das relações de poder na sociedade (SILVA, 2020, s/p).

Assim, pela diversidade que os movimentos sociais apresentam no Brasil, destacam-se aqueles de grande ressonância, seja de forma direta ou indireta, na conquista da Educação do Campo como direito dos povos do meio rural. Entre eles, merecem destaque: 1) o Movimento dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932; 2) o Movimento das Ligas Camponesas, na década de 1940; 3) o Movimento dos Educadores, de 1959; e, por fim, aquele que efetivamente trouxe o entendimento da Educação do Campo para as fronteiras das discussões políticas, sociais e culturais em nível nacional: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a partir da Constituição Federal de 1988.

A partir disso, é importante questionar como os movimentos sociais influenciaram e fortaleceram as discussões sobre a educação brasileira, especialmente a educação do campo. O objetivo deste estudo é analisar, na literatura em circulação no Brasil, as interfaces entre os movimentos sociais e a educação do campo. O artigo apresenta uma abordagem dos principais conceitos e do desenvolvimento dos movimentos sociais no Brasil, além de destacar sua relevante atuação junto à sociedade brasileira na luta pela educação pública, democrática e de qualidade, com especial ênfase à educação destinada às populações do campo.

Metodologia

O presente trabalho adotou a abordagem qualitativa, pois considera as impressões pessoais, relações e experiências sociais que possibilitam o reconhecimento das especificidades dos fenômenos observados. Realizou-se, ainda, uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de levantar as publicações científicas sobre estudos anteriores, a fim de compreender o que já foi produzido sobre o tema em análise (Gil, 2008; Severino, 2013).

A base de dados concentrou-se nas publicações científicas que abrangem as discussões desde o período do Brasil Colônia até a República, com destaque para a Constituição Cidadã de 1988, que emergiu após o contexto ditatorial no Brasil. Por fim, foi realizada uma análise interpretativa das informações coletadas, visando entender as realidades de cada documento avaliado, bem como os horizontes do direito social fundamental à educação pública no país (Flick, 2009).

Movimentos Sociais e suas Ressonâncias na Sociedade Contemporânea

É importante fazer um panorama sobre a constituição dos Movimentos Sociais, que se inicia

com o processo de organização coletiva dos sujeitos, em que a união é tida como o único caminho para a busca por direitos básicos na sociedade moderna. Essa sociedade é marcada pela luta intensa entre as diferentes classes sociais, muitas vezes individualista por natureza. A partir disso, observam-se os Movimentos Sociais que se forjam a partir de meados do século XIX, durante a Revolução Industrial, os quais oferecem fortes elementos para a compreensão de diferentes realidades (Grinberg, 2018; Jezine, 2016; Marx; Engels, 1998; Souza; Pereira, 2022). Esses movimentos apontam para a aquisição e o fortalecimento de uma crítica política, que incorpora concepções econômicas, culturais, ambientais e sociais, com o objetivo de garantir protagonismos na formulação de políticas públicas governamentais que impactem a vida da comunidade em geral. As demandas desses movimentos são sistematizadas de maneira firme, com fundamentação teórica e com base nos direitos humanos, comuns a todos, configurando-se, portanto, como verdadeiras resistências contra-hegemônicas no tempo contemporâneo.

As questões contemporâneas que envolvem os direitos sociais conquistados pelos cidadãos no contexto de países democráticos, como o Brasil, tornam-se marcos importantes na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e libertária, no sentido amplo de seus conceitos. De acordo com Gohn (2016), os Movimentos Sociais têm historicamente marcado presença nos arranjos políticos e sociais no Brasil, especialmente no que se refere à temática da educação, sendo resultados das aprendizagens e projetos socioeducativos promovidos por esses grupos.

Na concepção de Gohn (2010), os Movimentos Sociais possuem um caráter inovador e produtor de saberes ao longo de sua trajetória histórica. Eles apostam em práticas cotidianas que geram aprendizagens e ações na cultura política dos envolvidos. Nesse sentido, para Baalbaki e Nascimento (2021), a organização popular na forma de Movimentos Sociais é resultado da articulação entre intelectuais, políticos, estudantes e religiosos, que buscavam a participação dos sujeitos – especialmente da população mais pobre e vulnerável – no debate político, atentos aos problemas sociais do país, na redução da dependência internacional e na promoção do nacionalismo, visando a construção de uma sociedade mais igualitária. A educação é elemento central neste debate, pois busca a emancipação crítico-reflexiva dos sujeitos, permitindo-lhes compreender e desenvolver a capacidade de transformar a realidade vivida, por meio de estratégias e ações articuladas com os gestores públicos, na promoção e efetivação das políticas públicas voltadas para a resolução dos problemas apresentados pela sociedade brasileira.

O processo de reconhecimento dos Movimentos Sociais enquanto categoria emerge da necessidade coletiva de grupos e/ou segmentos historicamente minorizados e subjugados pelo mundo. Um exemplo notável dessa dinâmica é a ressonância do movimento operário europeu, que se fortaleceu a partir da década de 1840, impulsionado pelas demandas dos trabalhadores. Esses movimentos reuniam sindicatos e partidos políticos socialistas ou comunistas, sob forte influência marxista (Grinberg; Oliveira, 2018). No Brasil, os Movimentos Sociais ganharam força a partir da década de 1960, como resposta às opressões vividas durante a ditadura civil-militar. Naquele período, lutavam por cidadania, pois a busca por direitos fundamentais era uma das principais pautas do movimento. Segundo Doimo (1995, p. 39),

os sindicatos e os partidos políticos de orientação socialista e comunista representariam, nessa perspectiva, a forma mais acabada desse tipo de organização, e tudo o que fugisse desse raio de ação sequer podia ser incluído sob a rubrica do verdadeiro movimento social; quando muito, seriam movimentos arcaicos e pré-políticos ou, então, meros assuntos da classe trabalhadora.

Diante disso, Thompson (1987) alerta sobre a consciência de classe, que avalia como as experiências culturais, anteriormente descritas, são tratadas, sejam elas tradições, ideais, sistemas de valores ou formas institucionais. Essas experiências também incluem as vivências de grupos profissionais distintos, que expressam suas demandas de maneiras que nunca são exatamente iguais em forma ou proporção. No campo das lutas, a educação ocupa um dos pontos fundamentais dos Movimentos Sociais, pois, por meio dela, o coletivo de sujeitos organizados tem acesso a conhecimentos, saberes e práticas sistematizadas nas escolas, com o objetivo de aumentar o capital intelectual de seus membros. A busca por educação, como destaca Gohn (2011), “tem caráter histórico, é processual e ocorre, portanto, tanto dentro quanto fora das escolas e em outros espaços institucionais” (p. 398).

Na história do Brasil, diversos movimentos de caráter social marcaram os cenários Colonial, Imperial e Republicano. No período Colonial, os confrontos estavam centrados em duas frentes: a) os nativistas, originários dos povos locais das terras brasileiras, que demonstravam insatisfação com o governo central. Entre os principais exemplos desse movimento, destacam-se a Revolta de Beckman (1684), a Guerra dos Emboabas (1708), a Guerra dos Mascates (1710) e a Revolta de Felipe dos Santos (1720); e b) os emancipacionistas, que almejavam a independência total do Brasil ou de algumas de suas regiões em relação à Colônia. Exemplos desse movimento incluem a Conjuração Mineira (1789), a Conjuração Carioca (1794) e a

Conjuração Baiana (1798). Todos esses episódios foram amplamente reprimidos com severidade pelas autoridades portuguesas, que eliminaram qualquer ato contra as elites burguesas, eclesiásticas e oligárquicas agrárias no território nacional (Fernandes, 2012).

No período Imperial não foi diferente. As insatisfações populares no que diz respeito aos aspectos econômicos, políticos e sociais só aumentavam e tornavam-se mais frequentes (Silva, 2016). Citam-se como movimentos sociais de destaque: Guerra dos Farrapos (1835), Cabanagem (1835), Revolta dos Malês (1835), Sabinada (1837), e Balaiada (1838). Na perspectiva de Fausto (2004, p. 164) esses eventos “não se enquadram em uma moldura única. Elas tinham a ver com as dificuldades da vida cotidiana e as incertezas da organização política, mas cada uma delas resultou de realidades específicas, provinciais ou locais.” Para Carvalho (1990; 2010), esses movimentos foram o único caminho para “solucionar” a dominação do sistema nacional baseado na monarquia, contando com ações, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, estas últimas sendo reprimidas de forma mais violenta pelo governo geral.

Já o período Republicano está dividido em República Velha de 1889 – 1930, Era Vargas de 1930 – 1945, República Populista de 1945 – 1964, Ditadura Militar de 1964 - 1985 e República Nova de 1985 ao tempo atual, que registrou com mais veemência a ação de Movimentos Sociais que lutam por qualidade de vida, trabalho, habitação digna e educação indistinta na cidade e no campo, sendo oportuna uma breve análise sobre eles (Domingues, 2015).

Na concepção de Monteiro (1994), a instalação da República apresentou-se com alta concentração de poder dos fazendeiros do oeste paulista e descentralizada por conta dos interesses regionais. O autor acrescenta que permaneceu o elitismo, o autoritarismo, a dependência econômica do país ante o capitalismo internacional e a superexploração dos trabalhadores que necessitaram renovar suas pautas de lutas. Assim, a República Velha terminaria tomada por movimentações de caráter civil e militar, questionando as bases governistas e buscando enfraquecer o elitismo e o autoritarismo, somando-se ao cenário mundial da crise de 1929 com a quebra da Bolsa de Nova York⁴, culminaria com a instalação da chamada Revolução de 30 – Movimento Nacional que transformou a política do país.

⁴ A Grande Depressão teve origem nos Estados Unidos em 1929, com uma desaceleração econômica resultante da diminuição dos gastos. Fabricantes e comerciantes, ao notarem um aumento indesejável nos estoques, reduziram a quantidade produzida. A causa do declínio na demanda agregada foi, entre outras razões, o aperto da política monetária por meio da elevação das taxas de juros, realizada pelo FED para controlar a elevação dos preços das ações. [...] Em meados de 1929 e início de 1930, países como Brasil, Argentina, Canadá e Austrália modificaram suas taxas de câmbio, permitindo que suas moedas se desvalorizassem (Brito, 2010, p. 20).

É chagada a Era Vargas (1930 – 1945). A “renovação” política do Brasil neste período ficou a cargo de verdadeiros arranjos entre as elites agrárias do país sob a liderança de Getúlio Vargas (Fausto, 1979). Um governo controverso, que teve ao menos três diferentes facetas: 1^a) baseada na conquista da classe trabalhadora com a implementação das Leis Trabalhistas; 2^a) focado na classe média alta e na burguesia brasileira pelo desenvolvimento econômico e industrial vivido no período; e 3^a) seu caráter nacionalista pela defesa dos interesses econômicos do país e por sua cultura política (Silva, 2015).

O principal Movimento Social na Era Vargas, foi o Movimento Trabalhista, Operário e Sindical Brasileiro na cidade e o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários de Campos, nas vastas áreas rurais país. A herança da Primeira República reservou a Getúlio Vargas uma amarga trajetória negativa sobre os direitos trabalhistas, não houve àquela época, uma legislação que assegurasse os direitos da classe operária frente as exigências do capital. Ainda para o autor, o cenário apresentava de 12 a 15 horas de trabalho, sem descanso remunerado de qualquer espécie, seja durante a semana, domingos e feriados, seja no próprio contexto de férias, fora que não haviam contratos de trabalho escritos, nem muito menos quem fiscalizasse a ação arbitrária dos patrões contra os empregados. E, ainda, a baixa qualidade de vida expressa nas moradias precárias, baixos salários e vidas miseráveis (Batistella, 2015; Ribeiro, 2018).

As medidas legislativas apresentadas no governo Vargas deram legitimidade, em partes, as demandas dos trabalhadores brasileiros até o fim de seu mandato. As articulações eram centradas diretamente como o presidente e obtinham respostas a médio prazo, o que impedia qualquer luta de classe, além da confederação nacional criada para agregar diferentes trabalhadores em uma estrutura vertical composta pelos setores do comércio, da agricultura, da indústria ou do serviço, limitando a atuação sindical de base (Antunes, 2003; D’Araújo, 2003). A chamada República Populista de 1945 – 1964 que compreende quatro presidentes diferentes: Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), o segundo governo Vargas (1951-54), Café Filho (1954-55), Juscelino Kubitschek (1956-60), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), vai testemunhar um processo de nacionalismo cultural de várias frentes a cargo dos Movimentos Sociais como no cinema, no teatro, em oficinas, de opiniões públicas e na música. A consolidação da União Nacional dos Estudantes enquanto movimento de luta, as Ligas Camponesas e o Comando Geral dos Trabalhadores, implantam novos debates políticos acerca dos problemas sociais que se arrastam ao longo dos séculos pelo país (Lovatto, 2011).

O recorte histórico da Ditadura Militar de 1964 – 1985 coloca o Brasil sob uma verdadeira recessão social, em que a experiência de longa data dos Movimentos Sociais será crucial para o retorno da democracia e o avanço em termos conceituais, políticos e sociais da ação do coletivo organizado civil. Apesar do cerceamento e cassação dos direitos políticos e civis, e da paralisação de certas negociações dos Movimentos Sociais, os trabalhadores rurais tiveram seus direitos assegurados pelo Estatuto do Trabalhador Rural (Grinberg, 2018).

O fim da ditadura militar acontece pela organização do Movimento Social “Diretas Já” que é considerado a maior ação cívico-popular do republicanismo no país. Ação coletiva de caráter civil e político que marcou o fim dos tempos ditatoriais, baseado na cassação dos direitos sociais e políticos de personalidades influentes que foram perseguidos no Brasil e, recondução do país à democracia por meio das urnas, um clamor que ressoa até os dias atuais (Delgado, 2007; Rodrigues, 2003; Santos, 2014).

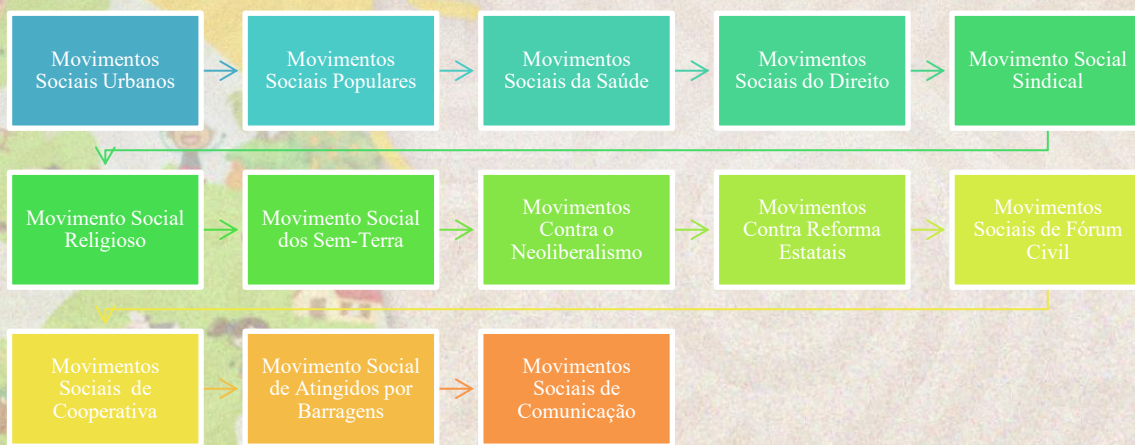
Com a emblemática ação do movimento anterior, a redemocratização do Brasil tornou-se um fato. As elites políticas tomaram novamente o comando da nação, enquanto o povo permaneceu sem a atenção devida. Inaugura-se um novo tempo de luta, agora chamada República Nova a partir de 1985, na explosão dos Movimentos Sociais das mais diversas frentes. Na perspectiva de Gohn (2010), os Movimentos Sociais na contemporaneidade do Brasil, revelam seus aspectos de maneira muito ampla e diversa no que se refere ao associativismo. Estão baseados em pelo menos cinco características básicas: 1) Multi e pluriclassistas – para abordar as questões do novo milênio no campo identitário e comunitário; 2) Sustentabilidade – organizações mais articuladas em rede e com consciência dos problemas ambientais; 3) Novos Arranjos contra-hegemônicos – organizações não governamentais, terceiro setor e associações; 4) Questões cotidianas – o neoliberalismo acentuou as diferenças das classes no mundo; e, 5) Estado Reformista – apesar das ações de abertura e negociação com os movimentos, o Estado ainda não consegue um controle social real; são novas questões do tempo atual que direcionam a inteligibilidade das lutas coletivas (Gohn, 2010).

Educação do Campo e Movimentos Sociais: Conexões e Desafios

A relação entre educação e Movimentos Sociais, a partir da discussão anterior, torna-se uma realidade inegável, dado o caráter produtor e reproduzidor do conhecimento sociopolítico e cultural que os coletivos possuem em suas pautas de luta. Eles refletem a construção de saberes

únicos, que convergem para a consolidação de um aporte teórico-metodológico capaz de criar possibilidades de ação do Estado frente às lutas desses movimentos na sociedade capitalista atual. Para Brandão (2011, p. 125), na sociedade capitalista, essa ação coletiva estaria “[...] condicionada pela exploração presente no processo produtivo e, portanto, as classes sociais seriam não só os agentes das ações coletivas, mas também os sujeitos históricos das transformações revolucionárias”. Em seguida, o esquema aponta para a evolução e o desenvolvimento dos Novos Movimentos Sociais na contemporaneidade.

Esquema 1. Constituição dos Novos Movimentos Sociais



Fonte: adaptado de Gohn (2010)

A legitimação desses Movimentos Sociais contemporâneos, permanecem a cargo de sua práxis transformadora da realidade imediata, com vistas a um projeto unitário e socio-coletivo, partindo de ideologias comuns definidas, bem como de sua capacidade de organização e direção, frente as novas demandas do mundo neoliberal e capitalista (Scherer-Warren, 1987). Nas análises de Leher (2001), os movimentos tem sido lugar de diálogo público constante, abertura de espaços para debate sobre questões locais e globais, assim como orientam-se por conceitos e categorias capazes de romper com o modelo de produção capitalista. Desse modo, os sujeitos dos coletivos, vítimas da opressão, emancipam-se por meio da luta cotidiana, forjadas nas transformações do presente, e não, na utopia futurista (Santos, 1999).

É na busca pela emancipação, por exemplo, que os povos do campo têm lutado, diuturnamente, por uma educação pública e adequada às suas especificidades, em que “os movimentos sociais colocam a luta pela escola no campo dos direitos. Na fronteira de uma pluralidade de direitos: a saúde, a moradia, a terra, o teto, a segurança, a proteção da infância, a cidade” (Arroyo, 2003, p. 30). Nesse debate, vale o destaque a quatro movimentos que deram voz a educação do campo

no Brasil, de forma direta ou indireta: Movimento dos Pioneiros da Escola Nova de 1932, Movimento das Ligas Camponesas de 1940, Movimento dos Educadores de 1959 e o Movimento dos Sem Terra pós Constituição Federal de 1988, apresentados nesta sequência.

O Movimento dos Pioneiros da Escola Nova em 1932, inaugura um novo pensamento educacional no país. O episódio é resultado da insatisfação de um grupo de intelectuais liderados por Anísio Teixeira⁵ que se opôs ao sistema educacional e propôs mudanças significativas em âmbito nacional. As principais reivindicações giravam em torno de quatro pilares: ensino elementar obrigatória para todos, gratuidade da instrução pública, laicidade do currículo e educação conjunta para ambos os sexos (Palma Filho, 2005). Eram resquícios da educação da primeira república já apresentados neste estudo, que seriam o ponto divergência entre os defensores da educação elitista, excludente e segregadora, e o movimento que buscava um novo sistema educacional, capaz de tratar todos como iguais, tendo como princípios básicos ser pública, gratuita e de qualidade a todos, sem distinção. Com a necessidade de mudanças sociais instaladas na conjuntura da Revolução de 30 – já tratada anteriormente –, tem-se a busca por um modelo educacional que proporcionasse igualdade de condições ao ensino, situação que ficou evidente quando acontece a IV Conferência Nacional de Educação em 1931.

Para Gadotti (1996), essa Escola Nova pretendida pelo manifesto, estaria mais voltada ação educativa de formação humana, do que a própria instrução, uma vez que deveria levar em conta a ação produtiva, ativa e concreta de seus participantes. Era necessário nesse contexto, educar o povo, quer na cidade ou no meio rural, para acompanhar o crescimento e desenvolvimento da economia do país atrelada fortemente aos moldes do capitalismo industrial (Santos et al., 2006). A pretensão do Manifesto era alterar a cultura do país por meio de uma ampla modificação do sistema educacional, capaz de modelar a mentalidade das novas gerações, em especial das classes média e alta. Um modelo de educação que fosse capaz de promover uma consciência nacional para as elites, mas que levasse em conta a educação das camadas populares com vistas sua ascensão moral, econômica e intelectual, capaz de promover a mobilidade social que tanto o povo deseja (Celeste-Filho, 2013).

⁵ “Anísio Teixeira fez parte de uma geração de intelectuais cuja preocupação maior, na primeira metade do século XX, foi organizar a nação e forjar o povo através de uma cultura que procurava assegurar a sua unidade pela instrução pública, pela reforma do ensino e pela construção de um campo cultural a partir da universidade. [...] O que torna a trajetória de Anísio Teixeira admirável é a persistência na defesa da democracia e da educação para a democracia, que constituiu o motivo central de devotamento da sua vida. Também teve participação ativa na Associação Brasileira de Educação (ABE), tendo publicado *Educação progressiva – Uma introdução à filosofia da educação* (1932) e, *Em marcha para a democracia* (1934). Já estava afastado da vida pública quando editou *Educação para a democracia: Introdução à administração escolar* (1936)” (NUNES, 2000, p. 11-13).

Assim, o documento bem organizado e escrito, apontou para um sistema completo de estrutura orgânica com base nas condições efetivas e econômicas dos períodos vividos pela nação. Seus princípios teriam três pilares: 1) educação é dever do Estado, 2) financiamento educacional dar-se-á em regime de cooperação entre a União, os Estados e Municípios, e 3) educação integral que atenda a todos sem distinção. Além disso, sistematizar o ensino primário e secundário voltados para realidade do povo brasileiro, observar a capacidade de produção do país para firmar uma escola básica, técnica e de nível superior que atenda as demandas do mundo do trabalho, além de buscar uma universidade baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão, financiada por fundos específicos para tal. Ao ensino privado caberia seguir as diretrizes da educação pública, inclusive com fiscalização, também criar uma rede de apoio à saúde física e psíquica dos alunos, excepcionalmente na primeira infância. Por fim, reorganizar a administração escolar a partir dos serviços de ensino e, alinhado ao pensamento do pleno desenvolvimento humano, buscar uma educação unificada do jardim à universidade com total atenção a todos, inclusive com a promoção de escolas para os alunos especiais (Ribeiro, 1993). No avançar das relações do povo brasileiro com os Movimentos Sociais, as Ligas Camponesas foram, na década de 1940, uma organização não governamental que congregou os trabalhadores do campo em torno da reforma agrária do país que se arrastava desde a primeira república. Desse modo, a organização camponesa foi inevitável, haja vista que antes do aparecimento das Ligas, os povos do campo não tinham consciência de seus direitos, bem como estavam expostos a exploração do latifúndio (Targino; Moreira E Meniezes, 2011). No entanto, na avaliação de Moreira (2003) o tempo era de relações estáveis no contexto urbano e rural, mesmo que a modernização da agricultura, via expansão das fronteiras agrícolas sob o comando a elite oligárquica do Brasil, busca-se a industrialização nacional.

Nessa conjuntura, a questão agrária e a luta dos camponeses traz contribuições relevantes para história do país, já que os movimentos do campo em diferentes temporalidades, buscam um sistema produtivo capaz de fornecer autonomia as organizações dos povos tradicionais, bem como preservam seus conhecimentos, saberes e práticas, com base na agricultura familiar que tenta acompanhar ao longo dos anos, a modernização implementada no campo, afim de atender as necessidades de produção e comercialização de seus produtos (Mattos, 1988).

Ao analisar a constituição das Ligas Camponesas enquanto movimento e, sua contribuição no terreno das ações sociais que buscavam direitos básicos como moradia, saúde e educação, é

possível perceber três fatores gerais: 1) o movimento abarcava literalmente todos os personagens trabalhadores do campo, assalariados, pequenos agricultores, parceiros e até os posseiros faziam sua adesão; 2) a organização político-social baseava-se nos preceitos comunistas e fortaleciam as alianças operário-camponês; e, 3) havia forte dependência na relação trabalhadores operários da cidade e os trabalhadores rurais, haja vista a larga experiência de luta por direitos sociais do primeiro grupo (Morais, 1997).

A educação, mesmo que em sua vertente não-formal, é percebida pelo movimento como necessária a difusão das ideias sobre a própria organização, seus direitos e a defesa de suas pautas de luta. Pela carência educacional que os povos do campo eram fadados a conviver, a questão era vista em segundo plano, haja vista prioridade pela luta ao direito da terra para depois avançar aos demais garantias sociais. Porém, para demonstrar a realidade de sofrimento, abandono e exploração da classe camponesa, havia no interior do movimento produções de boletins como "Guia do Camponês" o "ABC do Camponês" a "Cartilha do Camponês" a "Carta de Alforria do Camponês" que firmavam seus conhecimentos e saberes para os cuidados com a terra e denunciavam acima de tudo, o cenário de injustiça, opressão e os abusos cometidos pelos latifundiários (Julião, 1961).

Em consequência, as Ligas deixam forte influência na luta pela terra e a permanência dos povos tradicionais no tempo atual, pois compartilham de esperança junto a sujeitos reais e singulares, que organizados transformam o fazer político-pedagógico do cotidiano na busca pelos direitos da coletividade (Silva; Torres, 2015). Experiência primordial para que novos movimentos no campesinato brasileiro surgissem, por importante lições deixadas pela Liga Camponesa como: 1) organização política visando a liberdade dos povos do campo, 2) fortalecimento das relações camponês-operário, 3) organização das massas para lutar pela melhoria na qualidade de vida do povo, 4) reinventar os movimentos reprimidos por força militar, atentando ao momento vivido, 5) trabalhar a estrutura racional de ordem marxista com protagonismo ao proletariado, mantendo-se vigilantes contra ação repressora, e 6) transformar diuturnamente a relação operário-camponês em força revolucionária (Morais, 1997).

De volta ao cenário urbano, em 1959 surge o “Manifesto dos Educadores: mais uma vez convocados”, pode-se dizer que seria a reafirmação, a consolidação e o alargamento das propostas da Escola Nova tensionado no início da era Vargas pelo Manifesto dos Pioneiros já apresentado. Foi tido como uma renovação pedagógica, semelhante a Escola Nova, porém com

sua própria essência social (Barrera, 2016). A educação percebida nesse período, canaliza a preocupação social em torno dos elementos centrais como legislação, financiamento, distinção entre o público e o privado, bem como seus papéis para o progresso do país e, acima de tudo, sua legitimação para consolidação como sistema de ensino nacional (Sepulveda, 2013).

Mais ainda, o Manifesto de 1959 não quisera o monopólio do ensino ofertado e gerido pelo Estado, à revelia da opinião pública e da rede privada de ensino, buscava-se sim, a coexistência do ensino público e privado, desde que o financiamento estatal fosse direcionado à esfera pública, tornando a rede privada sujeita a fiscalização do governo (Ghiraldelli JR, 2003). Desse modo, o movimento permaneceu na linha de luta por uma educação justa ao povo brasileiro, que sendo gratuita a todos e indistinta de classe social, vislumbraria um futuro melhor para o país. Conquanto, repararia o passado de injustiças e desigualdades, levando o Brasil a patamares superiores de cidadania na busca por um sistema nacional de ensino que seja real, articulado, acessível e inclusivo em seus níveis e modalidade de ensino.

No retorno aos movimentos de luta do meio rural, a ação coletiva mais importante, talvez do século XX, em favor de uma educação adequada aos povos do campo é personificada no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Há uma vasta produção acadêmico-científica em circulação no Brasil sobre as articulações do MST nos diversos setores sociais, inclusive no campo educacional. A intenção do presente texto, no entanto, é de ratificar sua força no cenário nacional como coletivo influente na geração de políticas sociais que busquem qualidade de vida, o reconhecimento e a ocupação de terras pelos povos tradicionais das ruralidades do Brasil. Diante disso, “a ocupação de terra é uma criação histórica. É um acontecimento [...] o interesse e a resistência dos camponeses. É, portanto um fato criado pelas pessoas e suas causas. E a principal causa é a defesa da vida.” (Fernandes, 2000, p. 66).

O movimento tem sua gênese ainda na década de 1979 e, durante cinco anos, organizou-se na luta pela terra, a partir de conflitos gerados em torno da reforma agrária tão solicitada neste tempo, culminando com o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra em 1984, na cidade de Cascavel e I Congresso Nacional de Curitiba, ambas no Paraná, ocasião em que ratificou seus objetivos em sobre da questão agrária do país (Caldart, 2001; Morissawa, 2001; Rodrigues, 2021; Stedile; Fernandes, 2001; Xavier; Pimenta, 2017).

Na trajetória dos movimentos dos trabalhadores do campo, o MST demonstra característica ideológica concreta e em constante desenvolvimento a partir da(e): 1) radicalidade da luta e de

conquista de mais sujeitos para adesão do movimento; 2) dimensões múltiplas de atuação terra, desenvolvimento agroecológico e educação; 3) diversidade nos formatos organizativos por fatores regionais; e, 4) universalização da luta coletiva e dos interesses sociais imediatos. Pontos que lhes torna reconhecido nos cenários nacional e internacional, empreendendo de forma estritamente organizada, a reivindicação por uma sociedade mais justa e igualitária, sob as bandeiras da conquista da terra – como fixação e desenvolvimento social dos povos do campo e da educação – como fator chave na disseminação dos ideais do movimento na instrução do povo camponês (Caldart, 2000; Fernandes, 2000; Morissawa, 2001).

Em consequência disso,

o MST não é resultado de uma proposta política de um partido, não é fruto de uma proposta da Igreja, nem do movimento sindical. Embora tenha conseguido apoio da conjugação dessas forças políticas, o MST é uma realidade que surgiu da lógica desigual do modo capitalista de produção (Fernandes, 2001, p. 60).

Por essa ressonância contextual, existe uma alta representatividade da classe trabalhadora rural na geração de políticas nacionais capazes de suprir a necessidade de todos os cidadãos viventes no campo, que é resultado das transformações da sociedade brasileira no último século. A luta empreendida pelo movimento que hoje possui adesão de sujeitos das áreas urbanas, buscam a redefinição de suas práticas sociais, acreditam ser possível uma sociedade mais cidadã, na base da justiça e igualdade material de condições para organizar, desenvolver e manter a vida no meio rural e também na cidade. A educação voltada à cultura dos homens do campo é vista como elemento central, e como garantia da justiça social aos trabalhadores do campo. Não obstante, o que o MST tem buscado ao longo de décadas, é forjar no meio rural do Brasil uma escola que seja do campo, pensada, sonhada, historicizada e com a cultura dos povos do campo (Arroyo, 2009; Bergamasco, 1997; Oliveira, 2007; Passador, 2006; Santos, 1998).

Apesar da solicitação da escola pública para os camponeses, o MST possui um encaminhamento de educação a ser desenvolvida nos acampamentos e assentamentos. Ela parte de alguns elementos centrais como: 1) memória – é trabalhada a partir de uma pedagogia constituída no interior do MST denominada pedagogia da história e guarda preceitos pedagógicos baseados na transmissão da memória coletiva, para celebrar, construir e transmitir a própria história da humanidade; 2) mística – constitui-se como elemento básico da ação educativa do MST, materializada em símbolos que permitem manter viva a utopia do movimento; e, 3) valores – valores humanos que permitam aos sujeitos crescer, formar-se e trabalhar a dignidade humana,

praticados na vivência coletiva e na ação-reflexão de cada sujeito. Elementos traduzidos nas inúmeras práticas exitosas do movimento e que a ciência da educação deveria dar total atenção aos princípios educativos oriundos da proposta do MST (Caldart, 2003; Martins, 2004).

Diante da realidade pensada para educação do campo, como apresentada em tela, há uma necessidade atual de compreender e analisar o MST para além da luta pela reforma agrária do país – seu principal objetivo –, conquanto, ensinam no interior do movimento uma práxis educativa que contempla experiências de sua própria organização, política, social e cultural. Fortalecem os princípios educativos elencados anteriormente, no sentido de confrontar, a partir do camponês educado, a hegemonia do capitalismo observada na industrialização e mecanização do campo. Acreditam que seu diferencial da educação formal está baseado na díade educação-trabalho, que prioriza o envolvimento direto dos alunos com estudos na problematização do contexto rural brasileiro. E, por sua originalidade, merecem destaque junto aos Movimentos Sociais no Brasil, já que permite um aprofundamento das relações teórico-prática de seu ato educativo (Bauer, 2009; D’agostine, 2009; Dal Ri; Vieitez, 2008).

No horizonte de uma educação funcional que permita a ação reflexiva e autônoma de seus participantes, o MST põe em prática grande parte das pedagogias construídas historicamente, não aderindo a uma vertente pedagógica de forma específica, negando a pedagogia tradicional de transmissão dos conhecimentos. Por conta disso, “o MST desenvolve a filosofia da formação política dos militantes através da participação, na recriação da vida cotidiana, na cooperação em seus diferentes sentidos e no resgate dos valores com novo conteúdo” (Bogo, 2003, p. 161). Filosofia de formação que atua em oito direções simultaneamente, conforme o esquema abaixo.

Esquema 2. matrizes pedagógicas implementas pela educação do MST



Fonte: adaptado de Caldart (2004)

A educação pensada pelo movimento para o camponês e o trabalhador em geral atua a partir das diferentes pedagogias apresentadas, nega a mera transmissão de conteúdos – por vezes sem conexão com a realidade imediata do aprendente –, já que foca no mero acúmulo de conhecimentos e saberes que até hoje, não passou de um projeto importado pelos gestores públicos com base em intelectuais e educadores do passado (Arroyo, 2004; Caldart, 2004).

Portanto, desde que o movimento se fez presente no debate político nacional, se pensou em uma escola que fosse diferente daquelas em que pais e filhos estudaram antes de seu engajamento na luta pela terra. A crítica acerca de um ensino que não carregasse as marcas da vida no campo foi decisivo para o pensamento da escola nas bases ideológicas do MST. Uma educação que priorize os saberes do povo do campo que se volte para fortalecimento do movimento, mas também que possa contribuir com o desenvolvimento do meio rural no Brasil, é uma das bandeiras mais importantes levantadas pelo MST (Batista, 2007; Saveli, 2009).

Conclusão

Fica claro, após a exposição dos principais Movimentos Sociais aqui apresentados, a vasta experiência que o Brasil possui sobre o tema. É importante reconhecer que, embora nem todos os movimentos tenham caráter educacional, suas ações contribuem para a garantia de direitos sociais e, naturalmente, passam pelo processo de aprendizado dos conhecimentos, saberes e práticas inerentes a cada Movimento Social e sua causa sociopolítica. Seja no meio urbano ou rural, os movimentos têm implementado no Brasil uma onda de coletivos organizados que participam ativamente da elaboração e execução de políticas públicas que beneficiem os mais necessitados, em especial os povos tradicionais do meio rural, que, ao longo de séculos, têm sido excluídos dos projetos de desenvolvimento nacional.

Todos eles articulam inspirações individuais – enquanto unicidade de cada movimento – e coletivos – enquanto horizonte de luta e articulação social –, necessárias para cobrar, intervir e promover junto as instâncias estatais competentes, as melhorias de que necessitam para seus iguais. Os quatro últimos movimentos apresentados, Pioneiros da Escola Nova, as Ligas Camponesas, o Manifesto dos Educadores e o MST, juntos, formalizam a frente mais ampla em defesa de uma escola pública entre o final do século XX e início do XXI. Busca-se uma educação que seja gratuita, democrática, acessível a todos sem distinção, com qualidade de ensino e que permita a permanência do jardim à universidade no Brasil, como forma de

construir uma formação mais justa e sólida para o povo brasileiro, que é diverso por essência. Esse povo merece atenção especial e, de maneira excepcional, a escola do campo, no sentido de acolher a diversidade cultural própria da sociedade brasileira.

Referências

- ARROYO, M. G. (Org). *Por uma educação do campo*. 4ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- ARROYO, M. G. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? *Currículo sem Fronteiras*, v. 3, n. 1, 2003.
- ARROYO, M. O direito do trabalhador à Educação. In: GOMEZ, C. M. *et al.* (Orgs.) *Trabalho e Conhecimento: Dilemas na Educação do Trabalhador*. São Paulo: Cortez, 2004.
- BAALBAKI, A. A. K.; NASCIMENTO, L. A. M. Movimentos Sociais e Educação Popular no Brasil. *Pleiade*, v.15, n.32, 2021.
- BARRERA, T. G. S. *O movimento brasileiro de renovação educacional do início do século XXI*. 276p. Tese de Doutorado - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- BATISTA, M. S. X. Movimentos Sociais e Educação do Campo (Re) construindo Território e a Identidade Camponesa. In: ALMEIDA, M. L. P.; JEZINE, E. (Orgs.) *Educação e Movimentos Sociais: novos olhares*. Campinas, SP: Alínea, 2007.
- BATISTELLA, A. A Era Vargas e o Movimento Operário e Sindical Brasileiro (1930-1945). *Unesco & Ciência - ACHS Joaçaba*, v. 6, n. 1, 2015.
- BAUER, C. *Educação, terra e liberdade: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica*. São Paulo: Pulsar; Xamã, 2009.
- BERGAMASCO, S. M. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo/USP, v.11, 1997.
- BOGO, A. *Arquitetos de sonhos*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- BRANDÃO, L. C. A literatura sobre Movimentos Sociais: Interações entre a Política Institucional e a Política não Institucional. *BIB*, São Paulo, n. 71, 2011.
- BRITO, G. C. *Da Crise de 1929 à Grande Depressão: Influências do Padrão-Ouro*. Universidade Federal do Rio De Janeiro. Instituto de Economia (monografia). Rio de Janeiro, 2010.
- CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. *Currículo sem Fronteiras*, v.3, n.1, 2003.
- CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*, v.15, n.43, 2001.
- CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. In: ARROYO, M. CALDART, R. S. MOLINA, M. C (org.). *Por uma Educação do Campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- CARVALHO, J. M. *A Construção da Ordem & Teatro de Sombras*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

- CARVALHO, J. M. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CELESTE-FILHO, M. Intelectuais brasileiros em disputa pela escola nova na década de 1930. *Historia y Espacio*, v.1, n.40, 2013.
- D'ARAÚJO, M. C. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2., 2003.
- DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. *Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão*. São Paulo: Ícone: FAPESP, 2008.
- DELGADO, L. A. N. Diretas-Já: vozes das cidades. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.
- DOMINGUES, J. E. *Brasil República*. 2015. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/category/brasil-republica/>, acesso em: 20 jun. 2023.
- FAUSTO, B. *A revolução de 1930*. Historiografia e história. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. 12ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes. 2000.
- FERNANDES, B. M. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.
- FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GADOTTI, M. *História das Idéias Pedagógicas*. São Paulo: Ática, 1996.
- GHIRALDELLI JR, P. *Filosofia e História da Educação Brasileira*. São Paulo: Manole, 2003.
- GIDDENS, A.; SUTTON, P. W. *Conceitos essenciais da sociologia*. São Paulo: Editora da UNESP, 2016.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOHN, M. G. M. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- GOHN, M. G. Movimentos Sociais e Lutas pela Educação no Brasil: Experiências e Desafios na Atualidade. Reunião Científica Regional da ANPED Sul: educação, movimentos sociais e políticas governamentais. *XI ANPED SUL*. UFPR, Curitiba: PR, 2016.
- GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista brasileira de Educação*. v.16, n .47, 2011.
- GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. *33ª Reunião Anual da ANPED*. MG: Caxambu, 2010.
- GRINBERG, L. A ditadura: a intervenção nos sindicatos e os seus desdobramentos no movimento operário (1964-1979). In: GRINBERG, L.; RIBEIRO, V. V. *História dos movimentos sociais no Brasil*. Volume único / – Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2018.

GRINBERG, L.; RIBEIRO, V. V. *História dos movimentos sociais no Brasil*. Volume único / – Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2018.

JEZINE, E. Universidade e Movimentos Sociais: o acesso de diferentes sujeitos e o conflito de saberes. In: FIGUEIREDO, J. B. A.; VERAS, C. I. M.; LINS, L. T. (orgs.). *Educação Popular e movimentos sociais: experiências e desafios*. Fortaleza: Impreco, 2016.

JULIÃO, F. *Ligas Camponesas do Brasil*. 1961. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/juliao/ano/mes/40.pdf>, acesso em: 02 jul. 2023.

LEHER, R. Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública: uma introdução ao debate a propósito dos “novos” movimentos sociais na educação. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: Clacso, 2001.

LOVATTO, A. Partidos, Sindicatos e Movimentos Sociais nos anos 1950-64: balanço histórico bibliográfico preliminar. *Rev. AURORA*, a.V, n.9, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MONTEIRO, H. M. *Brasil Império*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

MORAIS, C. S. *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Brasília: IARTEMUND, 1997.

MOREIRA, V. M. L. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, G.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.) *O Brasil Republicano*. O tempo de experiência democrática: da democratização ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MORISSAWA, M. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão popular, 2001.

NUNES, C. Anísio Teixeira entre nós: A defesa da educação como direito de todos. *Educação & Sociedade*, ano XXI, n 9 o 73, 2000.

OLIVEIRA, A. U. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PALMA FILHO, J. C. (org.). *Pedagogia Cidadã*. Cadernos de Formação. História da Educação. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora, 2005.

PASSADOR, C. S. *A Educação Rural no Brasil: o caso da escola do campo no Paraná*. São Paulo: Annablume, 2006.

RIBEIRO, V. V. Os anos 1930 - 1945: o impacto do projeto trabalhista no movimento operário. In.: GRINBERG, L.; RIBEIRO, V. V. *História dos movimentos sociais no Brasil*. Volume único / – Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2018.

RODRIGUES, A. T. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RODRIGUES, F. C. *MST: formação política e reforma agrária nos anos de 1980*. 2.ed. São Paulo: Editora Lutas Anticapital, 2021.

SANTOS, B. S. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pósmodernidade*. 7ª Edição. Porto (Portugal), Edições Afrontamento, 1999.

SANTOS, F. A. R. *Diretas Já: o movimento social que marcou o Brasil nos anos 80*. Faculdade do Médio Parnaíba. 2014. Disponível em: <https://www.famep.com.br/novo/famep/producao-cientifica/graduacao/bacharelado-em-servico-social/5-diretas-ja---o-movimento-social-que-marcou-o-brasil-nos-anos-80.pdf>, acesso em: 23 jun. 2023.

SANTOS, I. S. F., et al. Brasil 1930-1961: Escola Nova, LDB, e disputas entre a escola pública e privada. *Revista HISTEDBR*, Campinas, n.22, 2006.

SANTOS, J. V. T. *Conflitos sociais agrários*. Relatório Final. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. 1998.

SCHERER-WARREN, I. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: UFSC, 1987.

SEPULVEDA, J. A. M. O público e o privado na primeira LDB: a relação entre Santiago Dantas e Anísio Teixeira. *Hist. Educ. [Online]*. Porto Alegre v.17, n.41, 2013.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. [Livro eletrônico] - 1. ed. - São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, R. C. *História do Brasil II*. INTA - Instituto Superior de Teologia Aplicada. CE: Sobral, 2016.

SILVA, S. P.; TORRES, A. A contribuição pedagógica das Ligas Camponesas na história das lutas no campo brasileiro. *R. Edu. Públ.* Cuiabá, v.24, n.57, 2015.

SILVA, R. M. A. *Movimentos Sociais*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Departamento de Serviço Social. RN: Natal, 2020. Disponível em: <https://ccsa.ufrn.br/portal/?p=12560#:~:text=O%20conceito%20do%20qual%20partimos,organizar%20e%20expressar%20suas%20demandas>, acesso em: 22 jun. 2023.

SOUZA, C. A.; PEREIRA C. G. *Movimentos sociais* - Salvador: UFBA, Faculdade de Direito; Superintendência de Educação a Distância, 2022.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. *Brava gente – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

TARGINO, I. MOREIRA, E. MENEZES, M. As Ligas camponesas na Paraíba: Um Relato a partir da Memória de seus Protagonistas. *Ruris*, v.5, n.1., 2011.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

XAVIER, E. D.; PIMENTA, K. F. a utopia no movimento dos trabalhadores rurais sem terra: da sociedade real à sociedade sonhada. *rev. ufmg*, belo horizonte, v. 24, n. 1 e 2, 2017.